

CIDADANIA E SOLIDARIEDADE: AS AÇÕES CONTRA A FOME E A MISÉRIA¹

Domênico FELICIELLO²
Rosa Wanda Diez GARCIA³

"Gritamos um BASTA! A Cidadania organizada quer interromper a linha de produção da fome. A ação solidária e consistente de parcelas crescentes da sociedade vem mostrando que é possível mudar"⁴

RESUMO

Partindo da análise da produção da miséria e da pobreza nas sociedades capitalistas, especialmente no Brasil, o presente texto avalia as diferentes ações que estas mesmas sociedades desenvolvem com a finalidade de controlar as conseqüências geradas pelas disparidades sociais. Nesta direção, o papel das políticas sociais, particularmente das políticas de Alimentação

(1) Texto originalmente produzido para o Seminário "Segurança Alimentar e Cidadania": a contribuição das Universidades Paulistas".

(2) Professor Adjunto do Departamento de Medicina Social e Preventiva da Faculdade de Ciências Médicas da PUCAMP.

(3) Professora Adjunta do Curso de Nutrição da Faculdade de Ciências Médicas da PUCAMP.

(4) FRANCO, A.; BARROS, E. & GARCIA, R. C. Documento preparatório para Conferência Nacional sobre Segurança Alimentar, 1994 (Mimeografado).

e Nutrição, dos movimentos sociais emergentes e das universidades são revistos para delinear algumas propostas de contribuição das universidades para a Segurança Alimentar.

Termos de indexação: fome, condições sociais, pobreza, países em desenvolvimento, Brasil.

ABSTRACT

CITIZENSHIP AND SOLIDARITY: THE ACTION TAKEN AGAINST HUNGER AND MISERY

Starting from the analysis of the production of misery and poverty in capitalist societies, specially in Brazil, the present text evaluates the different actions developed by these societies with the objective of controlling the consequences generated by social disparities. The roles of the social policies, particularly of the Food and Nutrition ones, of the emergent social movements and of the universities are reviewed. Some proposals for contributions from the universities to the Food Security Policy are delineated.

Index terms: hunger, social conditions, poverty, development countries, Brazil.

INTRODUÇÃO

A problemática da fome está centralizada nos países pobres que reproduzem as mesmas disparidades sociais presentes entre nações pobres e ricas (países do Sul e do Norte) entre estados, cidades, muitas vezes dentro de um mesmo bairro, marcando enfim o mesmo contraste em diferentes dimensões.

Três bilhões de habitantes dos países pobres, dispõem de 5,4% da renda mundial, ao passo de 80% desta renda é controlada

pelos países industrializados que totaliza 15% da população do globo; calcula-se que a fome no mundo, concentrada nos países do Sul, atinge 500 e até 800 milhões de indivíduos e paralelamente a isto, registra-se o aumento da produção agrícola, que hoje representa um potencial para alimentar 10% a mais dos habitantes do mundo. Apesar destas melhorias, a situação alimentar e nutricional da fração mais pobre da humanidade vem se deteriorando há um quarto de século e o número absoluto de subnutrição tem aumentado (BRISSET, 1993).

No Brasil, em 1980, 60% das famílias tinham um rendimento mensal de até três salários mínimos (US\$ 21) (BANCO MUNDIAL, 1990); em 1984, quase 12 milhões de famílias, 37,6% do total tinham rendimento de até 2 salários mínimos (US\$ 84); a disponibilidade interna de alimentos (estoque+produção+importação+exportação) representa um per-capita de 3280 Kcal e 87g de proteína por dia, ultrapassando as recomendações nutricionais da FAO em 46 e 64% respectivamente (UNDP, 1991); a desnutrição afeta um em cada três crianças menores de 5 anos, o que corresponde aproximadamente a 5 milhões de crianças (INSTITUTO NACIONAL..., 1989), quanto a distribuição das propriedades agrícolas, 20.291.412,4 hectares de terra concentram-se em apenas vinte famílias e grupos empresariais sendo que 10 milhões de famílias de lavradores não dispõem de terra para o seu próprio sustento.

Até que ponto é possível a superação deste quadro quando o panorama mundial é caracterizado por fenômenos de globalização econômica com a crescente integração do mercado de bens e serviços, a interpenetração das grandes estruturas empresariais e a conexão dos mercados financeiros que vão condicionando a capacidade de coordenação econômica e a articulação política de seus Estados, transferindo parte de seu poder decisório para as áreas de influência de capital privado e dos grandes grupos empresariais, responsáveis portanto, pela relativização do peso e da autonomia dos Estados nacionais? (FARIA, 1994).

O presente texto parte da análise da produção da miséria e da pobreza nas sociedades capitalistas, especialmente no Brasil, de forma a avaliar as diferentes ações que estas mesmas sociedades desenvolvem com a finalidade de aborda-las e controla-las. Neste sentido acentua-se os papéis da solidariedade, do assistencialismo e das políticas sociais discutindo a necessidade de integra-los a ações de construção de cidadania, de modo a não serem caracterizados apenas como projetos de controle social e de reprodução ampliada da força de trabalho. A partir deste quadro aborda-se mais especificamente o papel das políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil, bem como a contribuição das Universidades, de modo a delinear algumas propostas para a Segurança Alimentar.

A PRODUÇÃO DA MISÉRIA

Historicamente, ações sociais voltadas ao atendimento de uma série de necessidades básicas das populações de diferentes nações sempre estiveram presentes, cumprindo variados papéis políticos, econômicos e ideológicos. Exemplo disso é a ação cristã caritativa da Idade Média, através da qual a Igreja mantinha sua ideologia e supremacia social. Entretanto, todas estas ações possuíram e possuem como finalidade a colaboração entre diferentes grupos e classes sociais, de forma que os mais bem posicionados na sociedade contribuam para prover certas necessidades básicas dos excluídos, dos pobres e dos miseráveis (FALEIROS, 1986).

Neste aspecto, a ação social de colaboração entre grupos sociais pode ser caracterizada basicamente por duas questões: a urgência em se satisfazerem certas necessidades que são básicas para a continuidade da vida dos pobres e, o controle da possível, ou efetiva, revolta dos miseráveis que ameaça a estabilidade social. Portanto, os aspectos de como a miserabilidade se origina e, como ela ameaça a vida dos indivíduos e da sociedade tem-se constituído no cenário sobre o qual a ação social se realiza.

As formas que adquirem tanto os processos de produção da pobreza quanto as ações sociais que objetivam diminuí-la e controlá-la, traduzem os interesses sociais mobilizados bem como as finalidades perseguidas por diferentes grupos sociais. Esta discussão nos remete diretamente às relações entre Sistema Produtivo, Estado e Sociedade. Ou seja, diante dos processos sociais que produzem os excluídos e os miseráveis qual o significado das ações sociais?

Nas sociedades capitalistas ocidentais onde a provisão de condições de vida (alimentação, saúde, educação, habitação, saneamento, entre outros) está primariamente relacionada ao acesso a trabalho e renda, a miserabilidade é resultante do desemprego e da falta, ou inadequação da distribuição de renda.

O desemprego, nas sociedades capitalistas é estrutural, apresentando-se em menor ou maior proporção na dependência do nível de desenvolvimento econômico. No caso de sociedades como a brasileira, caracterizada como em desenvolvimento e vivenciando cíclicas e profundas crises econômicas, o desemprego é uma realidade palpável, já que os setores produtivos não conseguem absorver, em ritmo adequado, o volume de força de trabalho lançado no mercado anualmente.

A distribuição de renda nas sociedades capitalistas é necessariamente desigual uma vez que os bens de produção, os produtos do trabalho e a propriedade são apropriados de modo não igualitário. Os proprietários detêm parcelas maiores dos produtos do trabalho, provocando a concentração de bens e da renda (capital) nas mãos de certos grupos sociais.

Portanto, as sociedades capitalistas são caracterizadas pela desigualdade que é estruturalmente resultante da forma como o modo social de produção está organizado. Neste aspecto, o desemprego, a baixa renda e por conseguinte a pobreza, são resultantes do próprio desenvolvimento capitalista. O que acaba sendo modulado, em diferentes nações, é a quantidade de pobres e a distância sócio-econômica entre ricos e miseráveis, na medida em que a renda e os bens produzidos possam ser mais justamente distribuídos.

No caso de sociedades desenvolvidas tardiamente, como o Brasil, as condições que recriam continuamente o desemprego, a baixa renda e a pobreza estão também relacionados a dependência de centros mais desenvolvidos, uma vez que os setores dinâmicos do sistema produtivo dos países em vias de desenvolvimento dependam também da tecnologia, dos investimentos, dos empréstimos e dos mercados internacionais. Desta maneira o crescimento da economia dos países dependentes acaba atrelada ao capital internacional⁵.

No Brasil, além destes aspectos, o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro provocou ainda uma profunda heterogeneidade estrutural⁶, convivendo setores econômicos e regiões com características próximas de países do primeiro mundo ao lado de setores e regiões extremamente subdesenvolvidas, ambas frutos de um mesmo modo social de produção.

No entanto, este modelo nacional de produção que leva a exclusão econômica de parcelas consideráveis da população é garantido pelo poder político, através do qual determinadas frações da sociedade desenvolvem processos de hegemonia com a finalidade de garantir suas posições e riqueza.

O mesmo bloco social que detém os meios de produção e de concentração de capital possui hegemonia social. Os principais postos de poder político-ideológico são por ele preenchidos e controlados, estando as outras classes e grupos sociais a seu serviço, através da cooptação ou da submissão.

De forma ampliada, o Estado nas sociedades capitalistas, atua como uma instância de condensação das práticas dos diferentes grupos sociais, das quais resultam uma série de políticas e ações que

(5) A respeito deste tipo de evolução, em especial no Brasil, consultar as obras FAUSTO, B. (Org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo : Difel, 1986. v.10; IANNI, O. A formação do Estado Populista na América Latina. 2.ed., São Paulo : Ática, 1989; PEREIRA, L. Ensaio de sociologia do desenvolvimento. São Paulo : Pioneira de Ciências Sociais, 1978.

(6) Para um maior detalhamento desta concepção verificar a discussão realizada por POSSAS, C. Epidemiologia e sociedade: heterogeneidade estrutural e Saúde no Brasil. São Paulo : Hucitec, 1989.

traduzem as forças que conseguiram construir sua hegemonia no interior das próprias agências do Estado⁷. A relação entre Modo de Produção, Estado e Sociedade ocorre então através das práticas dos vários grupos sociais que buscam implementar determinados projetos e interesses. Nas sociedades capitalistas os projetos e interesses hegemônicos caracterizam-se pela produção e manutenção de desigualdades.

Portanto, a produção da miséria é fruto da organização econômica, política e social de determinada formação social, e na qual diferentes grupos sociais, hegemônicos ou não, atuam defendendo seus interesses. Isto significa que se a pobreza continua sendo produzida, ela é resultante da hegemonia de interesses de determinados grupos sociais, isto é, os excluídos se originam pela ação de grupos sociais perfeitamente reconhecíveis por suas finalidades.

Considerando o exposto, a "matriz geradora da miséria" na atualidade nacional não deve ser atribuída genericamente ao "corrupto e inconsequente neo-liberalismo colorido" ou "àqueles poucos, sempre beneficiados, que devem ceder para que muitos ganhem e o País mude". Os atores sociais concretos e reais podem ser reconhecidos por suas formas de ação, suas estratégias, seus interesses e por suas finalidades. É possível reconhecer como eles ajudam a produzir a miséria. Detectar tais focos de poder hegemônico, mesmo situando a produção da miséria enquanto parte inerente ao sistema capitalista, pode ser um substrato para orientar ações políticas e sociais.

AS AÇÕES CONTRA A MISÉRIA

Nas sociedades ocidentais capitalistas a ação caritativa, desenvolvida na Idade Média, cede lugar a dois grandes grupos de

(7) Em relação ao papel do Estado nas sociedades capitalistas verificar CARNOY, M. O Estado e teoria política. Campinas : Papyrus, 1988.

ações de controle da pobreza, estruturalmente originada. Um deles, organizado pela sociedade civil, caracteriza-se pelo assistencialismo, através do qual indivíduos, grupos sociais e instituições buscam dispensar alguma ajuda para os excluídos e os miseráveis, embasados no apelo a solidariedade, boa vontade e espírito humanitário.

A ação assistencialista, além de ser utilizada como fonte de poder inclusive por políticos e agências estatais, caracteriza-se por ser episódica, pulverizada e inconstante e, atuar apenas em nível das necessidades materiais imediatas dos pobres - comida, agasalhos, medicamentos, entre outros. Não produz nenhuma modificação significativa nas condições estruturais que geram a miséria, mas alivia momentaneamente as tensões geradas pelas necessidades emergentes e produz reconhecimento e poder político para as entidades assistenciais.

Além disso, estas ações geralmente são financiadas as custas de doações várias ou de contribuições estatais, também episódicas e inconstantes. Ou seja, o assistencialismo ao ser socialmente financiado, na realidade, responsabiliza o conjunto da sociedade pela satisfação imediata dos pobres.

Em resumo, o assistencialismo não cria consciência crítica sobre os mecanismos de produção da miséria e acentua o reconhecimento caritativo dos pobres em relação aos indivíduos e às agências assistenciais. Não cria condições para o crescimento da cidadania mas sim da "gradidão", que poderá se transformar em voto eleitoral no momento adequado, ou em reafirmação das desigualdades sociais cabendo aos pobres aguardar a benevolência dos mais poderosos.

O segundo grupo de ações de controle da pobreza, no capitalismo, origina-se a partir de práticas estatais organizadas através de programas específicos e de políticas sociais.

Na realidade a emergência de programas e políticas sociais, através do Estado capitalista, significa que determinadas questões relacionadas à sobrevivência e à reprodução da força de

trabalho devem ser minimamente garantidas, através de ações e linhas de financiamento permanentes, de forma que não se coloque em risco a própria estrutura social. Por outro lado, as políticas sociais também respondem às crescentes pressões dos trabalhadores, politicamente organizados, que buscam o fornecimento de certos benefícios que não conseguem no livre mercado, dado o seu nível de rendimento - saúde, educação, casa própria, aposentadoria, etc.

Por serem resultantes do conflito de interesses entre diferentes classes sociais e por necessitarem de financiamento específico, as políticas sociais possibilitam a organização e oferta de benefícios e serviços com maior estabilidade. Entretanto, apenas algumas parcelas da população são abrangidas por estas políticas, geralmente aquelas que participam de parte do custeio, ou no caso de benefícios universalizados é limitado o quantum a ser ofertado.

De qualquer modo, as políticas sociais representam a socialização de um gasto necessário à reprodução ampliada da força de trabalho ou ao controle da pobreza, embora possibilitem, paradoxalmente, o desenvolvimento da cidadania e de direitos sociais, já que resultam do confronto de grupos sociais politicamente organizados. Mesmo as políticas sociais podem apresentar-se como projetos assistencialistas do Estado capitalista quando não resultam do jogo político de grupos sociais com interesses diversos, mas sim como uma ação de frações hegemônicas que buscam o controle político e ideológico de grupos potencialmente rebeldes, mas fracamente organizados.

A partir desta abordagem sucinta é possível afirmar que uma ação social que busca o crescimento da cidadania deve necessariamente resultar da organização política dos cidadãos, de modo a não se transformar em meio de cooptação ou de legitimação política. Além disso, a organização política é um meio eficaz de criar condições para a emergência de novos projetos para a sociedade.

Se as afirmações realizadas até o momento possuem um mínimo de verdade, qual tem sido a contribuição dos programas e das

políticas de Alimentação e Nutrição na resolução de questões como a produção da miséria e da fome ?

CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DAS POLÍTICAS ESTATAIS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO BRASIL

Na era republicana as questões sociais no Brasil foram tratadas por três tipos de abordagens: como "caso de polícia", como assistencialismo e como política social (FALEIROS, 1987; MALLOY, 1986). As duas primeiras predominaram antes da industrialização, na medida em que a preocupação com a conservação e reprodução da força de trabalho não se fazia presente, já que a economia rural não requisitava mão de obra qualificada e nem a submetia a condições que exigiam intervenções específicas como habitação, educação, saúde, transporte, acesso a alimentação, entre outras.

Neste período, a própria oligarquia rural no poder, embasada na ideologia do liberalismo, afirmava que o Estado não deveria intervir na questão social, a não ser em momentos adequados através da repressão policial.

Além disso, a miséria e a fome, diluídas no campo e nos latifúndios, podia ser controlada pela solidariedade e pelo assistencialismo. Neste sentido, não se criaram condições para a construção da cidadania, pelo contrário reafirmava-se uma concepção de povo passivo e elite benevolente.

Com a evolução e diversificação econômica e social e a ascensão de grupos e classes sociais próprias do desenvolvimento urbano-industrial tem curso o surgimento de políticas sociais. Entretanto, mesmo estas emergem sob a forma de previdência social voltada aos trabalhadores das indústrias e das ferrovias, com o intuito de manter a "paz social" e o controle de tais categorias.

A partir da década de 20 toda uma legislação de seguros sociais e trabalhistas será construída em diferentes governos e sob

regimes políticos que, na sua maioria, excluíam a participação política dos trabalhadores e da população. Esta legislação foi utilizada na realidade como instrumento político de controle social e de reafirmação de um Estado paternalista, provedor e benevolente.

Surge também neste período a Legião Brasileira de Assistência (LBA) "com serviços voltados à maternidade e à infância e dirigida pela primeira-dama do país, num esquema claro de prestação de favores e de busca de legitimação política" (FALEIROS, 1987). Na realidade, com a LBA, o assistencialismo ganha status de política oficial, passando a contar com a estrutura pública para a realização de seus programas.

O empresariado industrial e comercial criaram ainda outros meios de controle dos trabalhadores através do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Social do Comércio (SESC), que objetivavam uma ação autônoma mais direta e mais próxima dos trabalhadores, através do oferecimento de serviços social, médico, odontológico, recreativo e educativo.

Apesar de diversificadas e contando com os interesses tanto da sociedade política, quanto dos empresários, estas políticas sempre procuraram manter seus beneficiários longe das decisões e, trouxeram dividendos políticos aos grupos dominantes responsáveis por sua implementação.

Mesmo que muitos avanços destas políticas sociais tenham sido decorrentes das necessidades de crescimento da sociedade e da reprodução ampliada da força de trabalho, sua implementação objetivava ainda, financiar determinados interesses econômicos e políticos envolvidos pelo setor, como no caso da iniciativa privada da saúde, das indústrias de medicamentos e alimentos, do desenvolvimento de infra-estrutura e indústrias de base, do custeio de campanhas salariais, do enriquecimento pessoal de políticos e entidades assistenciais.

Nesta mesma direção, a existência de fundos específicos para o financiamento destas políticas sempre atraiu os gananciosos

e os ansiosos em tirar proveito, inclusive por parte de certas categorias profissionais que se utilizavam do trabalho, em serviços e agências financiadas por estes fundos, para desvio de recursos.

Programas e políticas públicas assistencialistas também tem sido o principal mecanismo proposto para atenuar os problemas da fome/desnutrição. O INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) foi criado em 1972, com o objetivo de formular uma política de alimentação e nutrição, inserida na proposição do I Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual integrava o I Pronan (Programa Nacional de Alimentação e Nutrição). Ao passar de uma campanha de mobilização social para um plano de ação, é interessante resgatarmos qual a trajetória dos programas de alimentação e nutrição do país, recorrendo a um exemplo recente, o II Pronan, criado na segunda metade da década de 70.

A abrangência de suas ações incluía o sistema de produção e distribuição de alimentos básicos e o fornecimento de suplementação alimentar a parcelas da população de baixa renda.

A intenção era que o Estado atuasse junto à população mais pobre enquanto não houvesse uma melhoria na distribuição de renda que reconhecidamente constava nos textos oficiais como o modo de resolver o problema de desnutrição do país. Em contrapartida, a distribuição mais eqüitativa da renda vai sendo postergada em razão da conjuntura de crise do país, que reproduz as contradições do capitalismo internacional, com a inflação e desemprego. O II Pronan, explicita a necessidade de reduzir a situação de "pobreza absoluta" das famílias com nível de renda baixo do mínimo admissível quanto a alimentação. Ressalta a "valorização dos recursos humanos", a "proteção ao pequeno produtor", o "apoio às formas de organização dos produtores, especialmente cooperativas", o "programa de tecnologia de alimentos" e a "elaboração de pesquisa sobre nutrição de grandes contingentes populacionais".

Caracterizava-se por um discurso predominantemente racional e competente, com uma essência disciplinadora dos

programas de suplementação e pela luta por alimentos "in natura", em substituição aos industrializados que se deve ao respeito pelos hábitos alimentares da população e ter este um custo reduzido (L'ABBATE, 1989; VASCONCELOS, 1993).

Por outro lado os gastos com programas de suplementação alimentar aumentaram substancialmente até 1989, atingindo 1 bilhão de dólares. No entanto, documentos oficiais reconhecem que a melhoria na condição nutricional não se deve fundamentalmente aos programas nutricionais, mas é provável que a melhora da desnutrição se deva aos investimentos na área de saneamento básico, aos programas de imunização de rehidratação oral, a redução da fecundidade, aos maiores níveis de educação dos pais e aumento da renda. Mesmo assim acredita-se que para melhoria do custo/eficácia dos programas é necessário um direcionamento, do tratamento das deficiências em micronutrientes e educação nutricional mais eficiente e a descentralização dos programas (BANCO MUNDIAL, 1990).

Estas colocações não pretendem esvaziar a importância de políticas públicas e de programas de alimentação e nutrição, dado o quadro calamitoso de nosso país. No entanto, tais colocações pretendem pontuar os limites de ações que efetivamente tem caráter paliativo, caso os determinantes estruturais da situação alimentar e nutricional não sejam enfrentados (PELIANO, 1993; UNICAMP, 1988).

É inegável que as chamadas "redes de segurança", como assistência médica, educação, seguro desemprego, entre outros benefícios que podem ser proporcionados pelo Estado, atenuam sobremaneira o impacto do empobrecimento. Neste sentido, é inegável que o Estado cumpra o seu papel proporcionando e assegurando tais benefícios. Mas por outro lado se não houver uma política econômica que contemple os problemas estruturais, qual a perspectiva de atenuar tais diferenças sociais?

É provável que campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos, encontrem mais adesão nos setores que detêm o poder

econômico e portanto também político, do que propostas que venham a redirecionar o modelo sócio-econômico. Nesta direção encontraremos menos resistência para proposições abarcadas por políticas públicas do que aquelas que se referem ao setor produtivo, a política salarial, a diminuição do desemprego, etc.

Apesar deste reconhecimento, hoje está em pauta a mobilização da sociedade brasileira em torno do combate a fome e a miséria, e neste sentido a proposta é "fazer alguma coisa". Talvez este tenha sido, em termo de eficácia, um dos aspectos mais relevantes deste movimento. Retomar o tema da fome, criando impacto com a divulgação do estado de indigência de 32 milhões de brasileiros, segundo o Mapa da Fome (MONTEIRO, 1993), impacto este, veiculado pela mídia e que curiosamente teve mais ressonância do que o convívio que temos com a pobreza em situações do cotidiano, como é o caso dos meninos de rua dos semáforos, o aumento da violência, o isolamento das classes sociais que dispõem de recursos em redutos policiados, como por exemplo os condomínios fechados entre inúmeras outras situações que expõem as disparidades sociais.

Lançado por Hebert de Souza, o "Movimento da Ação da Cidadania contra a fome e a miséria e pela vida", propiciou a permeabilidade dos diferentes segmentos da sociedade às mais variadas propostas de ação que outrora eram rechaçadas sob o rótulo de assistencialismo. Mesmo que venhamos a engrossar este movimento com contribuições, é importante mantermos a lucidez para não embarcarmos numa militância voluntarista e acrítica.

O PAPEL DA UNIVERSIDADE

É forçoso reconhecer que na medida em que as IES (Instituições de Ensino Superior) produzem técnicos, conhecimentos e tecnologias, as preocupações com grandes questões sociais, como a fome, a pobreza e a exclusão social, acabam entrando no rol de suas

atividades através de abordagens disciplinares, temas de pesquisas e elaboração de modelos de intervenção.

Os resultados destes produtos tem sido largamente utilizados por agências estatais e empresas públicas ou privadas na implementação de programas de ações específicas, já relatados anteriormente. Desse modo caberia salientar que, se foi preciso crescer a indignação social contra a fome e a miséria originando um movimento nacional da sociedade civil, os produtos das IES se caracterizaram por serem conservadores e reprodutores do grave quadro social brasileiro, já que não alcançaram mudanças substanciais.

Basicamente esta ação conservadora, que poderíamos chamar de universitária, ocorre através da elaboração de dois grupos de tecnologias. Um caracterizado pela tecnologia social de reforço ou controle político dos pobres e excluídos, e outro, constituído por um grande volume de novas técnicas alternativas que tentam dar conta da diminuição da relação custo/benefício, através da implementação de tecnologias de baixo custo operacional.

No caso específico da pobreza, da fome e da exclusão observam-se técnicas de: classificação social da miséria, desmobilização e despolitização de grupos dominados, contenção de conflitos potenciais ou reais, alternativas alimentares, produção de alimentos, melhor utilização da terra, beneficiamento de alimento, assistência médica simplificada, construção de habitações mais baratas, etc.

Restaria perguntar, quem está se preocupando na produção de estudos e análises sobre os casos concretos de produção da pobreza no campo e nas cidades? Quem tem avaliado os descaminhos dos poucos recursos e programas voltados para a fome e a pobreza? Quem, além disso se propõe a divulgar dados e estudos à sociedade?

Embora as alternativas tecnológicas possam até ser consideradas de relativa importância para solucionar emergencialmente situações de calamidade social, elas não podem ser consideradas como "a solução" de problemas originados do

desenvolvimento da estrutura social. Neste sentido a via da tecnologia isolada torna-se uma estratégia conservadora no enfrentamento das causas reais da miséria, caso não esteja articulada as ações de construção da cidadania. Não se pode aceitar a classificação de "tecnologia neutra", pois nestas condições ela é necessariamente conservadora. Por outro lado, a construção de uma nova condição comprometida com a cidadania requer uma análise crítica das ações atualmente desenvolvidas pelas IES. Esta análise crítica, objetivo também deste fórum de discussão, deve ter continuidade em outras instâncias destinadas a reflexão sobre a exclusão social e o papel da universidade.

Neste aspecto, caberia salientar que o compromisso das Universidades deve ser duplo. Um se refere a avaliação e reorganização interna dos seus projetos e dos seus produtos e o outro relaciona-se a sua interface com a sociedade.

Quanto aos aspectos internos, a articulação entre possíveis contribuições das IES com a questão da construção da cidadania irá requerer uma abordagem crítica dos respectivos projetos pedagógicos, bem como das atividades de pesquisa de modo a articulá-los com a questão da cidadania. Isto necessariamente pressupõe a análise permanente da conjuntura política, econômica e social e dos movimentos da sociedade, de forma a integrá-la no conteúdo dos cursos e disciplinas, na elaboração de conhecimentos e nas atividades de pesquisa. Ou seja, é preciso realizar uma contextualização permanente de modo a ligar as atividades acadêmicas à realidade social.

Com relação ao papel social das IES é imprescindível criar setores de interface com a sociedade, de modo que os produtos da Universidade sejam adequadamente transmitidos. Hoje as atividades de extensão tem ocorrido ou através da mídia, ou através de transferência de tecnologia para os setores produtivos específicos. Ambas as situações parecem pouco adequadas para a construção da cidadania, que requer uma reflexão séria das formas de interrelação com a sociedade.

Deste modo, a questão não se esgota com este seminário, é preciso criar um fórum permanente de discussão e de elaboração de estudos e propostas, bem como efetivar veículos de divulgação que leve as informações aos técnicos, profissionais interessados e à população, sobre a situação da Segurança Alimentar e as alternativas que a sociedade busca implementar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO MUNDIAL. **Social spending in Latina América: the story of the 1980.** Washington, DC : [s.n.], 1990.
- _____. **Adressing nutritional problems in Brazil.** Washington, DC : [s.n.], 1994. 85p.
- BRISSET, C. **O mundo hoje: 1993.** 2. ed. São Paulo : Ensaio, 1993. p. 437-438.
- CARNOY, M. **Estado e teoria política.** 2. ed. Campinas : Papyrus, 1988. 339p.
- FALEIROS, V. P. **O que é política social.** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 83p.
- _____. **A política social do estado capitalista.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1987, 175p.
- FARIA, J.E. Os direitos humanos e o dilema latino americano às vésperas do século XXI. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 38, p. 61-78, março, 1994.
- FAUSTO, B. (Org.) **História geral da civilização brasileira.** 3. ed. São Paulo: Difel, 1986. v. 10.
- FRANCO, A.; BARROS, E. & GARCIA, R. C. **Documento preparatório para a Conferência Nacional sobre Segurança Alimentar.** Brasília : Consea, 1994. 14p. (Mimeografado).
- IANNI, O. **A formação do estado populista na América Latina.** 2. ed. São Paulo : Ática, 1989, 164p.

- INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO. Pesquisa nacional sobre saúde e nutrição - PNS.** Brasília : IBGE/IPEA, 1989. 60p.
- L'ABBATE, S.** As políticas de alimentação e nutrição. **Revista de Nutrição da PUCCAMP**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 67-152, 1989.
- MALLOY, J. M.** **A política de previdência social no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1986. 199p.
- MONTEIRO, C. A.** O mapa da fome: documento de política n.14. **Radis**, Manguinhos, n.16, p. 3-21, jul./ago. 1993.
- PELIANO, A. M. T. M.** Um balanço das ações de governo no combate à fome e à miséria. Brasília: IPEA, 1993. 49p.
- PEREIRA, L.** **Ensaio de sociologia do desenvolvimento.** 3.ed. São Paulo : Pioneira, 1978. 158p.
- POSSAS, C.** **Epidemiologia e sociedade: heterogeneidade estrutural e saúde no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1989. 271p.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME.** **Human development report.** Oxford : Oxford University Press, 1991. 202p.
- UNICAMP.** **Brasil, 1986:** relatório sobre a situação social do país. Campinas : UNICAMP, 1988. 341p.
- VASCONCELOS, F. A. G.** Acumulação de capital, corrupção e fome. **Saúde em Debate**, São Paulo, n. 39, p. 48-52, jun. 1993.

**Recebido para publicação em 10 de junho de 1994 e
aceito em 3 de fevereiro de 1995.**